

Revogada pela Portaria TJRR/PR n. 548, de 25 de junho de 2001.
PORTARIA TJRR/PR N. 15, DO DIA 12 DE JANEIRO DE 2000.

~~O — PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, tendo em vista o disposto no [artigo 115 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993](#), bem como a [Lei n. 4320, de 17 de março de 1964](#), e ainda o disposto no [artigo 11 incisos VI e XXXII, da Resolução n. 10, de 28 de junho de 1995](#), que instituiu o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, visando disciplinar a concessão, e prestação de contas de Suprimento de Fundos no âmbito Judiciário do Estado de Roraima.~~

RESOLVE:

I — Da Concessão de Suprimento de Fundos

~~1. — Em casos excepcionais, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, poderá autorizar o pagamento da despesa por meio de Suprimento de Fundos, que consistirá na entrega de numerário a servidor sempre precedida de empenho na dotação própria a despesa a realizar, e que não possa subordinar-se ao processo normal de aplicação, assim consideradas nos seguintes casos:~~

~~1.1 — para atender despesas em viagens que exijam pronto pagamento em espécie; e~~

~~1.2 — para atender despesas de pequeno vulto e pronto pagamento. Assim consideradas todas aquelas cujo valor não ultrapassar a 5% (cinco por cento) do valor limite de dispensa de licitação, conforme o estabelecido pelo [artigo 24, inciso II, da Lei n. 8666/93](#) e alterações posteriores.~~

~~2. No ato que autorizar a concessão de Suprimento de Fundos deverá constar:~~

~~2.1 — prazo de aplicação, que não deve exceder a 50 (cinquenta) dias, nem ultrapassar o exercício financeiro; e~~

~~2.2 — prazo de prestação de contas, que deverão ser apresentadas dentro de 10 (dez) dias subseqüentes ao término da aplicação.~~

~~3. A fixação do valor do Suprimento de Fundos ficara a critério do Ordenador de Despesa.~~

~~4. A entrega do numerário, sempre precedida do empenho ordinário na dotação própria das despesas a realizar, será feita mediante crédito em conta bancária, em nome do suprido, contando daí o prazo inicial para execução da despesa:~~

II — Dos Impedimentos

~~5. Não poderá ser concedido Suprimento de Fundos:~~

~~5.1 — a responsável por suprimento, cuja prestação de contas não tenha sido aprovada;~~

~~5.2 — ao servidor que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor;~~

~~5.3 — ao servidor que esteja respondendo a inquérito administrativo; e~~

~~5.4 — a servidores que não pertençam a estrutura funcional com vínculo empregatício junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.~~

~~III — Da Aplicação dos Recursos~~

~~6. Na aplicação do Suprimento observar-se-ão as condições e finalidades previstas no ato de concessão:~~

~~6.1 — não poderão ser realizadas despesas anteriores à data do recebimento do suprimento ou após a data estipulada para aplicação; e~~

~~6.2 — não se concederá Suprimento de Fundos para aquisição de material permanente ou outra mutação patrimonial classificada como despesa de capital.~~

~~7. A importância aplicada até 31 de dezembro será comprovada até 10 de janeiro seguinte.~~

~~8. O suprimento será considerado despesa efetiva registrando-se a responsabilidade do servidor cuja baixa será procedida em face da prestação de contas aprovada pela autoridade ordenadora.~~

~~9. Exigir-se-á documentação fiscal quando a operação estiver sujeita a tributo.~~

~~10. Ao suprido é reconhecida a condição de preposto da autoridade que conceder o suprimento e, a esta, a de responsável pela aplicação, quando acatada a prestação de contas.~~

~~11. Em hipótese alguma poderá ser usado recurso de uma rubrica para pagamento de outras.~~

~~IV — Da Prestação de Contas~~

~~12. O servidor que receber Suprimento de Fundos ficará obrigado a prestar contas de sua aplicação, procedendo-se automaticamente à Tomada de Contas Especial se não o fizer no prazo estabelecido, sem prejuízo das providências administrativas para a apuração das responsabilidades e imposições das penalidades cabíveis.~~

~~13. A prestação de contas da aplicação dos recursos oriundos de Suprimento de Fundos deverá ser feita mediante apresentação dos seguintes documentos:~~

~~13.1 — cópia do ato de concessão do suprimento;~~

~~13.2 — via da Nota de Empenho de despesa;~~

~~13.3 extrato da conta bancária para comprovar o recolhimento da CPMF incidente sobre o valor do suprimento;~~

~~13.4 demonstrativo das receitas e despesas (anexo I); e~~

~~13.5 comprovantes, em original, das despesas realizadas, devidamente atestadas pelo responsável da unidade que tenha conhecimento das condições em que as despesas foram realizadas, emitidas em data igual ou posterior à entrega do numerário, e compreendido dentro do período fixado para aplicação, em nome do órgão emissor:~~

~~13.5.1 nota fiscal da venda ao contribuinte ou consumidor como destinatário, no caso de compra de material;~~

~~13.5.2 nota fiscal de prestação de serviços, no caso da prestação de serviços por pessoa jurídica;~~

~~13.5.3 recibo comum, no caso de prestação de serviço de pessoa física;~~

~~13.5.4 constar no verso ou anverso da Nota Fiscal o número da placa do veículo quando se tratar de:~~

~~13.5.5.1 aquisição de peças de reposição; e~~

~~13.5.5.2 gastos com combustíveis ou lubrificantes em viagens ou na falta do mesmo na empresa contratada para esse fim.~~

~~13.6 cópia do recibo de depósito bancário correspondente ao saldo, se foi o caso em nome do TJRR na conta n. 51668-6 do BB ou outra que venha ser adotada pelo Tribunal.~~

~~V – Das Penalidades~~

~~14. Quando impugnada a prestação de contas, parcial ou totalmente, devesse a autoridade ordenadora determinar imediatas providências administrativas para apuração das responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis, bem como, se for o caso, promover a Tomada de Contas Especial, junto ao Tribunal de Contas do Estado.~~

~~15. Quaisquer despesas realizadas em desacordo com a presente Instrução Normativa, bem como o descumprimento dos prazos indicados nas Portarias de Concessão, incidirão na responsabilidade do suprido com a imediata restituição dos recursos aplicados irregularmente.~~

~~16. No caso do suprido não apresentar a documentação comprobatória recolherá o valor integral acompanhado de justificativa da não aplicação dos recursos.~~

~~Vi – Considerações Gerais~~

~~17. Não será concedido suprimento para cobrir despesas de locomoção de servidor em viagem quando este houver recebido diárias, posto que estas se destinam a suprir as despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana.~~



Comissão Permanente de Legislação
e Jurisprudência

- ~~18. Não constituem documentos comprobatórios de despesas as fitas de máquinas registradoras.~~
- ~~19. Os recibos de prestação de serviços deverão conter local e data, nome, CIC, endereço do eredor, bem como especificação do serviço.~~
- ~~20. Nas remunerações de serviços deverão ser observadas e constar dos recibos, as retenções de lei.~~
- ~~21. Não poderão ser realizadas despesas anteriores a data do recebimento ou após a data estipulada para sua aplicação.~~
- ~~22. Os comprovantes de despesas serão impugnados se contiverem cálculos incorretos, emendas ou rasuras.~~

~~VII – Das Disposições Finais~~

- ~~23. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas serão resolvidas pelo Departamento de Planejamento e Finanças junto a Seção de Contabilidade.~~
- ~~24. Faz parte integrante desta Instrução Normativa o Anexo I, que será utilizado pelos supridos para finalização da respectiva prestação de contas.~~
- ~~25. Deve ser evitada a concessão de Suprimento de Fundos no mês de dezembro, a fim de não retardar a consolidação do encerramento do exercício financeiro.~~
- ~~26. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.~~

~~Elair Moraes~~
~~Presidente~~

Este texto não substitui o original publicado no Diário da Justiça.



Comissão Permanente de Legislação
e Jurisprudência

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA — SUPRIMENTO DE FUNDO

ORGÃO: Tribunal de Justiça de Roraima — PROCESSO N.:
SETOR:
SUPRIDO: — Elemento de Despesa: —

DATA DE EMISSÃO	NÚMERO N. FISCAL	DISCRIMINAÇÃO	RECEITA	DESPESA	SALDO

— Local e Data — Assinatura do Suprido/por carimbo —